

União, o forte dos evangélicos

ESTADO DE SÃO PAULO
1987
JOSÉ FONSECA FILHO

Uma das maiores bancadas da Assembleia Constituinte está mais comprometida com religião do que com política e ideologia, e mesmo esses temas são tratados de acordo com a visão religiosa. São os evangélicos, um grupo de 33 parlamentares de partidos e Igrejas diversas, que se reúnem semanalmente, para sessões ecumênicas de culto e cânticos, como para discutir o encaminhamento do projeto constitucional. Até o momento, os evangélicos têm mais motivos para satisfação que para lamentação, pois todos os temas por eles defendidos foram inseridos no texto constitucional.

A maior vitória do grupo, destacada unanimemente, poderia parecer incompreensível para os leigos, mas para os evangélicos foi de maior importância, e até representou o maior objetivo do grupo: a afirmação, no preâmbulo, de que a Carta Constitucional é promulgada "sob a proteção de Deus", apesar da campanha contrária dos deputados José Genofino, que acabaria concordando com a inclusão, e Haroldo Lima (PC do B), sempre radicalmente contra. "Deus e a religião não podem estar afastados de nenhuma atividade humana, especialmente num país tão religioso como o Brasil", afirma o deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) e membro da Assembleia de Deus.

Os evangélicos começaram a se reunir desde a fase das subcomissões, dando prioridade à da Família e dos Direitos do Homem e da Mulher e a dos Direitos e Garantias Individuais. Eraido Tinoco (PFL-BA), da Igreja Batista, observa que os evangélicos, desde o início da Constituinte, preocuparam-se em trabalhar unidos, a ponto de os assuntos de caráter religioso terem tido aprovação quase sempre unânime do grupo. Quanto às sugestões políticas, econômicas e sociais, o pensamento dos evangélicos é bastante eclético, acrescenta o parlamentar balano, sem que isso tenha provocado desentendimentos. Para evitá-los, os evangélicos reúnem-se às quartas-feiras no auditório do Anexo IV da Câmara, não apenas para trocar idéias como para cultos religiosos ecumênicos. Os demais parlamentares são sempre convidados, mas o comparecimento deles é mínimo, em tais ocasiões.

PRIMEIRAS VITÓRIAS

Atuando de forma coordenada, os evangélicos destacam suas principais vitórias: a manutenção da liberdade do culto religioso, com proteção dos locais de culto e suas liturgias particulares; a manutenção do ensino religioso nos currículos escolares, ainda que de modo facultativo; a manutenção do direito adquirido; a derrota da pretensão das esquerdas de excluir o terrorismo

dos crimes inafiançáveis e ainda a rejeição, por ampla margem, da proposta para a adoção da pena de morte.

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) é da Assembleia de Deus e tornou-se conhecido na Constituinte por patrocinar a emenda restabelecendo cinco anos de mandato para o presidente Sarney como por ser o cantor dos cultos ecumênicos, vangloriando-se de ter mais de dez discos gravados com músicas sacras. Iensen destaca que mandato presidencial não é tema de natureza religiosa, mas acentua que os evangélicos, na maioria, defendem a manutenção do mandato de Sarney e do regime presidencialista. Admite que os evangélicos são mais conservadores e que a antecipação do pleito presidencial pode dificultar a conclusão do processo de transição.

Atuando no Centro como entre os evangélicos, Dasso Coimbra (PMDB-RJ) é da Igreja Congregacional e acha que o grupo contribuiu para manter a moderação do texto constitucional e buscar a inspiração divina no debate dos temas polêmicos, salientando a necessidade do diálogo, do entendimento e da fraternidade. Sem a observância dos princípios religiosos superiores nenhuma organização humana será bem sucedida, diz o parlamentar. Os evangélicos defendem também os princípios que colocam, de um

modo geral, o cidadão como mais importante do que o Estado, como no liberalismo clássico.

INDEPENDÊNCIA

Antônio de Jesus indica outras conquistas do grupo evangélico no projeto constitucional: a proteção do direito à vida desde sua concepção, que elimina o aborto, a defesa da família e da propriedade e a exclusão de itens referentes a orientação sexual. Destaca que o direito de propriedade não se limita à terra.

Celso Dourado (PMDB-BA), presbiteriano, diz que faltam ainda alguns embates, mas considera otimista as perspectivas de aceitação dos princípios defendidos pelo grupo. Na próxima semana os evangélicos vão enfrentar emenda aditiva incluindo o aborto, mas se consideram derrotados, por enquanto, apenas na eliminação da censura sobre espetáculos. Eles esperavam incluir a classificatória.

Recentemente, os constituintes evangélicos passaram a formar um grupo independente em relação aos setis partidos, sem seguir as lideranças formais e participando diretamente dos entendimentos, com autonomia, sendo esse movimento liderado pelos deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) da Assembleia de Deus, Fausto Rocha (PFL-SP), Batista, e Gidel Dantas (PMDB-CE) da Igreja de Cristo.

(Brasília/Agência Estado)